

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE
SOUSELAS E BOTÃO

Ferreira
2

ATA NÚMERO DEZASSETE

Ao quinto dia, do mês de Julho, do ano dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Souselas e Botão em Sessão Ordinária no edifício da União de Freguesias, Rua Frei Francisco Macedo, Botão, com a seguinte Ordem de Trabalhos, constante de convocatória emitida a vinte e oito de Junho de dois mil e dezasseis:

Ponto Um – Intervenção do Público nos termos do n.º 1 do artigo 49º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro;

Ponto Dois – Apreciação e votação das atas das sessões anteriores;

Ponto Três – Apresentação e apreciação da informação acerca da actividade desenvolvida pela Junta de Freguesia e situação financeira da Freguesia nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 9º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro;

Ponto Quatro – Encerramento do ponto único da ordem de trabalhos da Sessão Extraordinária de 24 de Maio de 2016: Recomposição da Junta de Freguesia.

Foi verificada a existência de quórum, com a presença de nove Membros da Assembleia de Freguesia: Elsa Cristina Santos Bica Ferreira, Leónia Marina Nogueira Forte, Paulo Daniel Lopes Craveiro em substituição de Olga Maria Pinheiro Melo Monteiro, Henrique Fernando Simões Farelo, Florentino Alcides da Graça Vieira, João Oliveira Torres Pardal, Fernando Lopes Moraes, Maria Regina Oliveira e Sara Laranjeira Ferreira Lindo.

Registou-se também a presença dos elementos do Executivo da União de Freguesias: Presidente Rui Manuel de Sousa Soares e Secretário Sérgio da Costa Madeira, com ausência do Tesoureiro Luís Miguel Monteiro da Silva.

A Presidente da Mesa da Assembleia, Elsa Ferreira, iniciou a sessão pelas vinte e uma horas e dez minutos, cumprimentando todos os presentes e antes de iniciar a leitura dos pontos de ordem do dia, a Presidente questiona a Mesa se se recordam de termos aprovado em Assembleia a utilização de um gravador e se neste momento existe alguma oposição em gravar a actual sessão, para facilitar um pouco o trabalho da Secretária da Assembleia e minimizar qualquer falha de informação transcrita, apagando todas as gravações após a Ata a que se refere cada gravação, ser aprovada em Assembleia. Após a concordância de todos os Membros, inicia-se a primeira ordem do dia, Intervenção do Público e Elsa Ferreira questiona o Público se há alguém que queira fazer alguma questão.

O Sr. Fausto Rodrigues de S. Martinho do Pinheiro, pergunta porque é que hoje existe a “Intervenção do Público”, e na sessão anterior não houve. E diz que ouviu dizer que o Sr. Presidente da Junta chamou “cachopo” ou “garoto” ao Tesoureiro, e que gostou de o ver a rir-se na altura, e que não consegue perceber como é que as coisas estão tão bem e como é que foi tudo tão silenciado, de modo que pretende saber o que se passa. Diz que ouviu o Sr. Presidente dizer também, que este Executivo é mais rigoroso nas contas, do que os Executivos anteriores, e diz que não entende como é que este Executivo está a funcionar há três anos e o Sr. Presidente só falou nisto na última Assembleia. Pretende então que lhe explique em Assembleia ou pessoalmente, o que é que correu mal no último Executivo, merecendo essa explicação. Elsa Ferreira pergunta se a questão é em relação ao Executivo anterior, ao qual o Sr. Fausto responde que sim, e a Presidente questiona se fez parte desse Executivo. O Sr. Fausto responde que se o Público pode fazer perguntas, então ele também pode e admira-se saber que a Presidente não saiba se pertenceu a alguma Junta de Freguesia. Elsa Ferreira responde que tal como o Sr. Fausto também fez uma pergunta, por forma a perceber o teor da questão, e que como não é desta Freguesia e mora aqui há relativamente pouco tempo, não conhece quase ninguém, tal como já tinha tido oportunidade de o explicar noutras Assembleias.

Pergunta a Rui Soares se pretende esclarecer agora, e este diz que responderá aquando do ponto quatro.

Lurdes Barata pede também a palavra e diz que não obstante de já ter falado várias vezes com o Sr. Presidente sobre esta situação, gostaria de perguntar à Assembleia de Freguesia o que é que pretende fazer em relação ao cancelamento do Contrato de Associação do INEDS, porque não tem a ver só com as escolas, mas também com a população, pois a partir do momento em que o Contrato de Associação seja cancelado, a vida no Instituto será muito curta. Diz que esta Freguesia não reúne condições para que seja criado um colégio, e vai ter um impacto económico muito grande. Diz que Pais e Encarregados de Educação estão a fazer um esforço enorme para travar esta situação, mas precisam também da ajuda de entidades credenciadas, pedindo por isso, apoio à Assembleia de Freguesia para que se envolva com eles neste processo.

Elsa Ferreira diz que como esta é uma questão para a Mesa, que poderíamos tratar já neste ponto, e que tem acompanhado algumas reuniões, nomeadamente uma que houve em Souselas. Diz que temos prestado todo o apoio que têm precisado, inclusive que temos falado em reunir algumas assinaturas com pareceres favoráveis para entregar na Câmara, e que pensa que a Mesa não se oporá a este assunto, e que poderemos fazer tudo o que está ao nosso alcance. Informa que quando chegou hoje à Junta, soube que o Sr. Presidente tem uma moção para apresentar na Assembleia e que esta irá ser discutida, e como Presidente da Assembleia, disponibiliza-se para prestar todo o apoio que seja necessário. Pergunta então, se algum Membro se pretende pronunciar sobre este assunto e solicita a Associação de Pais que integrem mais a Mesa sobre o que já foi feito e o que se pretende fazer, inclusivamente comunicar-nos reuniões que possam vir a existir, ou visitas à CMC afim de também podermos participar, de modo a formalizar um pouco mais a informação passada. Lurdes Barata diz que tiveram que criar uma Associação de Pais um pouco à pressa para poderem tratar deste assunto com mais credibilidade, e já enviaram ofícios para várias entidades, tais como para a Assembleia da República, para a Senhora Secretária de Estado da Educação, para o Senhor Ministro da Educação, para o Senhor Presidente da República e para a Câmara Municipal. Além disso, estão a tentar recolher 4 000 assinaturas em forma de petição, para conseguirem que este assunto vá a votação na Assembleia da República isoladamente, e não envolvido com outras escolas. O assunto está em Tribunal junto com outras escolas, mas apela de qualquer das formas a todos os presentes, para sensibilizarem familiares e amigos a assinar a petição e assim se conseguirem as 4 000 assinaturas, para o assunto ser discutido em Assembleia da República. Elsa Ferreira questiona se estão a recolher assinaturas e Lurdes Barata responde que iniciaram na passada Sexta-feira.

João Pardal pede a palavra e diz que sobre esta questão, e tendo já conhecimento que o Sr. Presidente vai apresentar uma moção, nem precisa de a ler para votar a favor da mesma, em defesa do Instituto. Refere que é uma situação delicada, primeiro por ser uma questão importante para a formação dos jovens, e segundo, e ao contrário do que se tenta dizer, não há nenhuma escola nas proximidades, não há horários, nem transportes compatíveis com os horários escolares, e estamos a deslocalizar as crianças das suas famílias, sendo tudo negativo, já não falando do desemprego que daqui poderá decorrer, não sendo portanto só uma questão de pegar nos alunos e coloca-los à força numa outra escola, porque tendo depois desempregados, teremos também famílias aflitas e com todos os problemas adjacentes. Além disto, será uma perda estrondosa para a Freguesia, porque a Educação é fundamental para a Formação das pessoas, e por todos estes motivos, diz antecipadamente que vota a favor da moção. Refere que poderemos fazer algo, mostrando à CMC que esta terá maiores custos (de 70 000 a 100 000 euros a mais) nos transportes, caso as crianças tenham que ir para outras escolas, como Coimbra ou Pedrulha, pois são transportes subsidiados. E que além de termos o direito de ter um ensino de proximidade, e termos cá o Instituto Educativo, sendo até um direito Constitucional, o da Educação e Formação, há este aspecto dos custos avultados para a CMC, e lembra os Princípios dos Direitos Adquiridos, em que há volta de trinta anos atrás, no Plano Nacional dos Estabelecimentos de Ensino, estava prevista uma escola para aqui, outra para S. Silvestre e outra para Ceira. Na altura, as outras duas foram construídas pelo Estado, não assumindo a sua responsabilidade para a construção desta em Souselas. E deste modo, veio um particular construir aqui, não sendo considerada uma escola pública, pois nenhum aluno é proibido de lá entrar. Além disso, o Estado estabeleceu que o Ensino Obrigatório tem que ser até ao 12º ano, e muito bem, e agora elaboram esta estratégia maquiavélica e macabra de reduzir as turmas aos 5º, 7º e 10º anos, sendo à partida uma morte anunciada. Diz que o Estado não pode vir agora dizer que esta escola é para fechar, uma vez que também participou na construção e no equipamento da escola, sendo este também um argumento válido a apresentar, pois o Estado não pode investir para depois desprezar. Sugere então, que os Membros da Assembleia, em conjunto com a moção apresentada pelo Executivo, devam também fazer chegar uma exposição destes factos ao Ministro da Educação, em que se deve fazer o enquadramento histórico do Instituto e sua importância para a comunidade circundante.

Elsa Ferreira diz que “a união faz a força” e que também era essa a sua ideia, até porque já o fizemos em relação à Praia Fluvial de Botão, e que além disso podíamos acompanhar um pouco mais, como por exemplo numa ida à CMC e participar em algumas reuniões, porque talvez só os documentos e as assinaturas não serão suficientes. Lurdes Barata diz que já estiveram uma vez com o Senhor Presidente da CMC, posteriormente o Presidente da nossa Freguesia juntamente com o de Vilela também já foram a uma reunião, e que agora foram chamados os representantes das escolas de Souselas, Almalaguês e de Cernache para uma reunião amanhã na CMC. Além de tudo isto, os Pais enviaram ofícios para o Ministério de Educação a dizer que em Setembro se irão apresentar no INEDS. Elsa Ferreira questiona como estão a funcionar as matrículas e Lurdes Barata responde que não estavam ainda a decorrer normalmente, havendo

em todo o caso, um esforço do Agrupamento para que as matrículas do 5º ano decorressem de forma normal e fizeram uma queixa à Direcção Geral da Educação a pedir uma inspecção às matrículas nas escolas de Souselas, havendo posteriormente um telefonema a pedir que as matrículas decorressem normalmente. Posto isto, Elsa Ferreira pergunta se há mais alguém que se queira pronunciar sobre este assunto e Rui Soares diz que se calhar falava já da moção apresentada pelo Executivo, e cumprimenta todos os presentes, dizendo que este é um prolema da zona norte de Coimbra e que é de salientar que o Dr. Manuel na altura substituiu o Estado construindo aqui esta escola, e que se as escolas de S. Silvestre e Ceira estão “às moscas” por alguma razão é, e que temos também que invocar a qualidade do ensino. Diz que enquanto teve lá os dois filhos a estudar, nunca teve razão de queixa desta escola, muito pelo contrário. Informa que em conjunto com os colegas de Brasfemes, Torre de Vilela e Trouxemil, elaboraram uma moção que foi aprovada em reunião dos respectivos Executivos, trazendo-a às Assembleias de Freguesia para ser ratificada. Os outros Presidentes de Junta também estão preocupados com este assunto, pois por exemplo os alunos de Brasfemes, que até estão relativamente perto de Eiras, têm mais facilidade de virem para Souselas. Pede à Presidente da Assembleia para ler a moção, a qual será anexada a esta Ata. Após a leitura desta moção, Rui Soares salienta que quando levou a mesma para entregar na Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal lhe disse que os Líderes de Bancada tinham tirado o **perímetro** antes da ordem do dia, o qual contestou por se considerar também Líder de Bancada e não saber desta decisão. Após convencer o Sr. Presidente da Assembleia a entregar a moção, distribuiu-a e os Líderes de Bancada do PSD e do PS disseram que iam tentar que a mesma fosse votada, e os da CDU e do Bloco de Esquerda disseram que nem pensar nisso. O facto é que embora o PSD e o PS tenham falado nisto, “empurraram” este assunto para Setembro, altura em que as aulas estão para começar. Rui Soares ficou muito indignado com esta decisão, e apesar da União de Freguesias de Trouxemil e Torre de Vilela ter estado representada pelo Tesoureiro, Sr. Aires Leitão, ele e o Presidente de Brasfemes, Sr. João Paulo, tinham pensado em dar uma conferência de imprensa no final da Assembleia, a qual não foi possível porque estava quase na hora de começar o jogo, e as pessoas estavam mais interessadas em ver o futebol, do que propriamente em tratar destes problemas. Faz referência às pessoas que lá estiveram e foram resistentes a representar o INEDS, que estiveram desde o primeiro minuto até ao último na Assembleia Municipal, e diz que é com esta garra e determinação que se conseguirá dar a volta a esta situação, e que estão a fazer um excelente trabalho. Trabalho este que continuará a ser apoiado pelo Executivo da Junta de Freguesia, pois este é um problema da zona norte de Coimbra e não só da nossa Freguesia. Informa que juntamente com o Presidente da União de Freguesias de Trouxemil e Torre de Vilela, combinaram dar uma conferência de imprensa na próxima semana, a qual será transmitida ao Dr. Manuel do INEDS, e que será chamada toda a Comunicação Social possível e imaginária para estar presente, pois quem pensou nisto resolveu colocar tudo no mesmo saco e agora não tem humildade suficiente para assumir que errou e reverter algumas situações, pois existem vários casos especiais, mas o que nos toca a nós é o Instituto Educativo de Souselas. Elsa Ferreira reitera que continuaremos a apoiar e diz que se deverá fazer este documento colectivo por parte da Assembleia de Freguesia, o mais breve possível, não impedindo que se assine também já hoje a lista da recolha das 4 000 assinaturas, e passa à votação da moção apresentada pelo Executivo, a qual foi aprovada por unanimidade. Não havendo mais ninguém a querer falar sobre este assunto, questiona Rui Soares se pretende tratar já das perguntas feitas pelo Sr. Fausto Raposo. Rui Soares diz que em relação a chamar garoto ao Miguel, foi verdade e que não tira uma vírgula ao que disse, e que o que acontece é que já por duas ou três vezes, que o Miguel o tirou do sério, chegando ao ponto de uma destas vezes lhe perguntar se ele achava que tinha condições para continuar, mas que apesar disto, o Miguel é suportável. Em relação às contas do Executivo anterior, diz que quando refere que este Executivo está a trabalhar com mais rigor, quer dizer que vão ao pormenor das subcontas e têm reuniões frequentes com o contabilista, esmiuçando tudo ao máximo, que aliás foi trabalho feito muitas vezes pelo Secretário em substituição do Tesoureiro, e trouxe um rigor que sabe que dantes não existia, não falando aqui em desvios de dinheiro, nem nada que se pareça. Até porque o confundiam muitas vezes com o Executivo, enquanto Presidente da Assembleia, por colaborar com muita proximidade com o mesmo, e daí saber o que se passava. Refere que ninguém quer denegrir o trabalho feito anteriormente, sendo só uma forma de comparação. Diz também, que como nós não sabemos tudo e pela humildade que lhe é conhecida, que fala muito com os colegas dos outros Executivos, e tem verificado que este Executivo tem feito um trabalho melhor em termos de organização, do que eles. Fausto Raposo diz que pôs em causa a honestidade, o qual Rui Soares nega, tendo ficado desta forma esclarecida a informação. Rui Soares diz ainda, que quando Fernando Morais foi Tesoureiro, nunca precisou de mexer num computador para fazer o seu trabalho.

João Pardal pede a palavra e diz que o Tesoureiro do Executivo de Souselas era uma pessoa séria e leal, bem como todos os Membros da Junta e agradece o facto do Rui ter frisado isso. Diz que também se trabalhava com rigor, também se reunia com o contabilista e que as contas vinham certificadas por uma empresa de contabilidade, com um documento em anexo.

O Sr. Fausto da empresa Fonsofil pede a palavra e dirigindo-se a João Pardal, Presidente do anterior Executivo da Junta de Freguesia de Souselas, diz que se havia rigor no Executivo anterior, este rigor nunca foi aplicado para com a sua empresa, uma vez que ainda tem dinheiro a receber. O qual o Sr. Ex-Presidente João Pardal dizia sempre que ia pagar, mas foi adiando sempre o pagamento, deixando para o Executivo actual resolver. Refere que tem conhecimento de situações do não rigor do Executivo anterior, as quais poderia denunciar, mas que só pretende que lhe seja pago o que é devido. Elsa Ferreira intervém e diz que este é realmente um assunto que já foi debatido nesta Assembleia, e que o que se passou com o Executivo anterior é passado, transitando este assunto para este Executivo e tratado e deliberado nesta Assembleia, e recorda que o que ficou decidido e acordado, foi o pagamento. Elsa Ferreira pede ajuda para recordar melhor o que foi deliberado, e Leónia Forte diz que o que ficou acordado, foi haver uma reunião com João Pardal, Rui Soares e o Sr. Fausto, o qual Fernando Morais corrobora, acabando-se por perceber que realmente este assunto já foi debatido em várias Assembleias, nomeadamente em Sargento Mór e Póvoa do Loureiro, e que apesar de se ter decidido pela reunião com as pessoas intervenientes, essa reunião ainda não se realizou até agora. Elsa Ferreira apela para que este assunto se resolva com urgência e de uma vez por todas, pois já se falou demasiadas vezes, continuando por se resolver, e diz que vai exercer a pressão que lhe é possível perante as entidades intervenientes, para que não se tenha que voltar a falar do mesmo assunto com o Sr. Fausto. Regina Fernandes intervém, e refere também que o que ficou combinado foi a reunião entre o anterior e o actual Executivo e o Sr. Fausto. Fernando Morais diz que já houve uma data e hora marcada, mas que o actual Executivo faltou. Rui Soares intervém e diz que não se recorda de ter havido alguma reunião marcada. João Pardal pede a palavra e diz que realmente ele e o Fernando Morais estiveram uma vez na Junta, mas que houve um desencontro e que a reunião não se realizou. Elsa Ferreira diz que está mais do que esclarecido. Rui Soares intervém e diz que na altura se tentou resolver, pagando um subsídio à ADS e a ADS pagaria então à Fonsofil, uma vez que não se poderia pagar directamente à Fonsofil e refere que espera que no futuro não se levantem questões sobre a atribuição desse subsídio à ADS. Chega-se à conclusão que o urgente é reunir e pagar, para que fique resolvido este assunto. Elsa Ferreira pergunta se há mais questões do Público e não havendo, Sara Lindo pede a palavra e diz que gostaria de apresentar também uma moção, que será anexada a esta ata, relativamente à reposição das Freguesias, pois parece-lhe importante repor as Freguesias como estavam, para podermos estar mais perto dos nossos e da nossa população. Após a sua leitura, Elsa Ferreira questiona a Mesa se alguém se pretende pronunciar, e João Pardal diz que votará sempre a favor desta moção, pela sua posição contra as reformas administrativas, pois não havendo uma base sólida, esta união foi nociva para as Freguesias. Rui Soares pede a palavra e diz que também foi contra a algumas reformas administrativas, mas diz que em relação a esta Freguesia, não é descabido que continue assim, pois as pessoas e as Colectividades já aceitam bem esta união e acha que nós unidos somos mais fortes. O seu objectivo foi sempre não preterir ninguém e não acabar com a entidade e história de cada uma das Freguesias, respeitando-as sempre. E que a se retroceder na União de Freguesias, que ficaremos com um problema de se ter que fazer partilhas, pois entretanto fizeram-se aquisições de património. Sara Lindo diz que todos temos consciência que tanto a Ex Freguesia de Botão, como a de Souselas, são muito grandes, e que por isso a população está mais longe da própria junta de Freguesia, fazendo para si, todo o sentido apelarmos à reposição das Freguesias. João Pardal diz que respeita a opinião de Rui Soares, mas tem uma opinião diversa; diferente; pois estas duas Freguesias têm identidades muito próprias, até porque Botão é a Freguesia mais periférica e mais a Norte, e com uma identidade histórica, que é supostamente um dos critérios que deviam ser considerados e que não foi tomada em consideração, pois se tivesse sido, Botão e Souselas não tinham sido agregadas. E faz por isso, todo o sentido para si, estas duas Freguesias se desagregarem, pois são freguesias politico-administrativamente distintas. Diz também, salvaguardando algum erro, que esta deve ser a terceira ou quarta Freguesia do Distrito de Coimbra com maior área territorial, sendo mais uma razão para se desagregarem. Exemplifica com Torres do Mondego, que na década de oitenta foi desagregada de Santo António dos Olivais. Elsa Ferreira diz que é lógico que cada um tem a sua opinião e que a sua posição é completamente contrária, e que de facto esta União de Freguesias tem uma grande dimensão territorial, mas na sua opinião todos ganhámos com esta união, e quando pensa e fala nisto, pensa na partilha de recursos e no conhecimento entre as pessoas. Refere que se Botão e Souselas estivessem desagregadas, pertenceria à Freguesia de Botão e tal como ela própria, pouca gente conheceria a Freguesia de Souselas, e

Ferreira
+

com esta União, obrigámo-nos a ir um pouco mais além-fronteiras, e a comunicar e interagir mais uns com os outros, e a conhecermo-nos melhor. Por outro lado, há esta possibilidade de partilha de recursos, e lembra que o Presidente já havia falado que havendo reposição, tínhamos que fazer partilhas, lembrando do tractor que serve esta dimensão toda. Refere que esta União de Freguesias não a choca e que é claro que cada caso é um caso, havendo certamente outras Uniões em que a desagregação seria benéfica, mas que no caso da nossa, as coisas têm corrido bem, não lhe parecendo que a desagregação viesse melhorar muita coisa, admitindo que é uma situação muito recente, e que mais tarde até poderá ter uma opinião diferente. Leónia Forte lembra que também já temos o novo Brasão aprovado. João Pardal não considera isso relevante, uma vez que Botão e Souselas têm o seu próprio Brasão, bem como as partilhas e Elsa Ferreira responde que quando fala em partilhas, não é no mesmo sentido que fala o Presidente, mas sim na utilização de recursos, que se calhar se estivessemos separados, não usufruíamos. Sara Lindo diz que se calhar se estivessemos separados, teríamos mais rendimento na utilização desses recursos, uma vez que na situação actual e com os recursos que temos, a Junta talvez deixe locais mais desleixados, por não conseguir fazer face à área territorial. Elsa Ferreira diz que talvez se deveria fazer outro tipo de reestruturação, mas não a este nível, e sim, mais a nível de pessoal e dinheiros. Sara Lindo refere que a Junta de Freguesia não está representada em Souselas tendo as pessoas que se deslocar a Botão. Elsa Ferreira diz que essa é uma questão que se resolve, e que será sempre uma questão interna do Executivo, que pode optar por fazer horários de atendimento em Souselas e Botão. Sara Lindo diz que neste momento não é isso que se passa e Elsa Ferreira diz que realmente este Executivo podia ter organizado os atendimentos de outra forma, o que até estava previsto, mas que com as obras no Posto Médico e na Junta de Souselas não se avançou, mas que se teria solucionado com a cedência temporária de um espaço no CASS. Rui Soares aproveita para informar que na altura o CASS disponibilizava uma sala que está virada para o Recinto de Festas, sendo de fácil acesso, fazendo a proposta à Junta de Freguesia de arranjar algumas coisas, tais como colocar um tecto falso e pavimento, e dar uma pintura. Arranjos estes, que ficariam à volta de mil e poucos euros, mas seria mais uma forma de ajudar uma vez mais uma Instituição, e ficando esta obra de futuro para o CASS a rentabilizar. No tempo que se usasse o espaço pela Junta, o CASS não cobraria nada por isso, mas o Presidente não conseguiu convencer o Executivo a aceitar esta proposta, justificando que fazendo o atendimento num contentor não dignificava a Freguesia, e que sendo Botão uma localidade da Freguesia, as pessoas tanto vêm a Botão, como iriam a Souselas. Esclarecendo no entanto, que se a União de Freguesias continuar, bem como se continuar como Presidente, é seu propósito ter as duas Sedes de Freguesia abertas, até porque ainda hoje andou com um Senhor a ver as zonas que temos, e zonas bem bonitas, e tendo havido há pouco tempo o Encontro das Paróquias de Coimbra na Praia Fluvial de Botão, que trouxe centenas de pessoas que não faziam ideia da existência daquele espaço, estas ficaram maravilhadas com a Praia, e isto só tem que ser dinamizado, estando-se a preparar um roteiro turístico, que terá várias valências, e por isso, é seu intuito manter o atendimento em Souselas e Botão. Sara Lindo refere que fomos informados que isso não tem estado a acontecer, e Rui Soares, responde que só não está a acontecer, porque ele não manda sozinho no Executivo e volta a referir que não conseguiu convencer o mesmo pela aceitação da proposta do CASS. Elsa Ferreira volta a referir que o facto do Executivo não se ter organizado para que isto acontecesse durante este período, não quer dizer que futuramente não se resolva, e no seu entender esta não é uma situação que se resolva com a reposição das Freguesias. Sara Lindo intervém, e diz que se não houvesse a União de Freguesias, este era um serviço que estava garantido em Souselas. Regina Oliveira pede a palavra e diz que na altura da União das Freguesias, também pertencia à Assembleia e que se recorda que Botão passou por uma fase chata, pois perdeu o Posto Médio, a Farmácia e a Freguesia, tendo sido até Concelho durante muitos anos. Mas, neste momento pensa que isso já está superado, embora tenha noção que foi com desagrado que as pessoas viveram esse processo, tendo visto com tristeza a história da Freguesia a desaparecer. Elsa Ferreira recorda a primeira Assembleia após a União de Freguesias, em que se debatia onde seria a Sede da Junta, tendo-se falado que talvez seria em Souselas por ter maior número de habitantes, mas que por se ter tido em consideração todas estas perdas, se decidiu também abrir o atendimento em Botão. João Pardal diz que no fundo nós só confirmámos a Sede, pois esta já tinha saído no Diário da República aquando a União das Freguesias, e diz também que subscreve o que a Sara diz em relação ao atendimento, uma vez que acha que o Executivo devia ter tido uma alternativa clara e objectiva, em relação ao atendimento em Souselas. Elsa Ferreira chama a atenção para que também ela subscreve essa questão, e lembra que era isso que efectivamente estava previsto, independentemente da Sede ser ou não em Souselas. E volta a referir que não é uma questão de separação ou União de Freguesias, mas sim de organização interna do Executivo. Sara Lindo volta a referir o desleixo das Freguesias por parte da Junta, dada a sua dimensão, e que se calhar estando separadas, a capacidade de resposta seria muito

mais positiva. Elsa Ferreira não considera, que comparando o agora e o antes, Botão esteja mais desleixada do que estava, mas reitera que esta é uma questão muito pessoal. E nada mais havendo a se falar, passa-se à votação da moção apresentada por Sara Lindo, tendo sido aprovada com dois votos contra de Elsa Ferreira e Leónia Forte, três abstenções de Paulo Craveiro, Henrique Farelo e Florentino Vieira e quatro votos a favor, de Regina Oliveira, João Pardal, Fernando Morais e Sara Lindo.

Encerrado o ponto número um, passa-se ao ponto número dois (Apreciação e votação das atas das sessões anteriores).

Elsa Ferreira começa por perguntar a Florentino Vieira pela Ata nº 10, referente à sessão de 16 de Julho de 2014. Florentino pede desculpa, mas diz que ainda não está feita, porque tem tido uns problemas de há um mês para cá e não teve hipótese de a fazer ainda. Elsa Ferreira diz que esta situação tem que ter um fim à vista, e como não tem apontamentos e precisamos desta Ata, considera que alguém, neste caso o Tino, se deva dignar a fazer a Ata, ficando esta situação em suspenso para ver como a há-de resolver. Compreende que todos temos a nossa vida, mas é uma situação que se arrasta há imenso tempo, e não pode aceitar mais justificações para que não seja feita. Leónia Forte disponibiliza-se para o ajudar, e este diz que depois então se conversa para ver de que forma podemos resolver este assunto.

Elsa Ferreira passa então à leitura da Ata nº 15, e João Pardal diz que pretende falar sobre esta Ata e que embora a tenha visto só à tarde, e como tal não teve muito tempo para a ler, verificou que há algumas coisas a corrigir sobre as suas intervenções, e que lhe pareceu que há intervenções bastante descritivas e outras mais sintetizadas, e por isso acha que os Membros da Assembleia deverão ter mais tempo para a analisar. Elsa Ferreira diz que é do conhecimento da Mesa, que abrimos sempre esta possibilidade e sempre que haja alguma coisa menos bem, de a podermos corrigir, e que acha que realmente se os Membros da Mesa se disponibilizam para o fazer, que de facto se deve fazer e tentar que as intervenções fiquem transcritas em Ata o mais fielmente possível. Desta forma, acha que realmente não valerá a pena estar a perder tempo a ler uma coisa, que deverá ser revista, mas que em todo o caso, Leónia deverá ter uma palavra a dizer, pois a dada altura, numa das sessões e na intervenção do Dr. João, Leónia solicitou ajuda à Presidente da Mesa para tirar alguns apontamentos sobre as contas, por não perceber esta questão e por isso não estar a conseguir acompanhar. O facto é que Elsa Ferreira tirou esses apontamentos, mas também só conseguiu tirar quatro linhas, por não conseguir tirar apontamentos ao mesmo tempo que dirige a Assembleia. João Pardal refere que este é um trabalho que não gostava de fazer e que já o referiu várias vezes. Elsa Ferreira recorda que a Olga, na sessão anterior queixou-se precisamente de não estar a conseguir acompanhar, e que lhe parece que foi o que aconteceu, e que é de louvar a colaboração dos elementos da Mesa em querer repor o que foi dito, para as Atas. Leónia Forte diz então que concorda com o que a Presidente da Mesa disse, e que não sendo contabilista teve mais dificuldade em apanhar a questão das contas para transcrever o que foi dito, havendo também a situação das duas últimas Assembleias terem sido muito exaustivas, como toda a gente sabe, sendo impossível conseguir apanhar tudo. Agradece e propõe então, que a aprovação das Atas ficasse para outra altura, solicitando ajuda aos outros Membros para repor o que falta nas suas intervenções. Elsa Ferreira concorda, pois é efectivamente uma coisa que já se fez anteriormente, e na próxima Assembleia, se passará à votação destas Atas, se todos os Membros da Mesa assim concordarem. Sérgio Madeira diz que não recebeu as Atas, e a Presidente responde que também não tem que as receber, embora por delicadeza as tenha feito chegar anteriormente, e não sendo alvo de votação por parte do Secretário do Executivo, fica registado o seu pedido e serão enviadas com o seu conhecimento. Sérgio Madeira insiste em perguntar se a Presidente enviou para todos menos para ele, e Elsa Ferreira volta a referir que enviou as Atas só para os Membros da Assembleia, excepto para Fernando Morais por não ter e-mail, e por norma lhe fazer chegar a documentação em mão, mas que por trabalhar para os lados de Águeda e ter recebido hoje as Atas, não teve oportunidade de o fazer atempadamente. E por isso mesmo, concorda em se ter mais tempo para as analisar. Mas, não tem qualquer obrigação de enviar também para o Secretário do Executivo, mas que o fará por delicadeza. João Pardal diz que haverá intervenções do Secretário e do Tesoureiro que poderão ser corrigíveis, e Elsa Ferreira responde que não há nenhuma lei que diga que as Atas devam ser distribuídas antes das sessões, até porque sempre fizemos questão de as ler em Assembleia, permitindo sempre a sua correcção, sempre que for pertinente, precisamente por achar que é o mais lógico e justo a se fazer e por querermos que as coisas fiquem devidamente registadas, até porque estamos cá de boa fé. Questiona de novo se todos concordam, e como não ouve respostas, diz que se fez uma pergunta, que acha que merece uma resposta. Então todos se manifestam e concordando com a passagem deste ponto para a próxima Sessão, passa-se ao ponto número três (Apresentação e apreciação da informação acerca da actividade desenvolvida pela Junta de Freguesia e

situação financeira da Freguesia nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 9º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro).

Elsa Ferreira passa a palavra ao Sr. Presidente, e Rui Soares começa por falar da situação financeira e diz que temos as contas controladas, e que se irá receber mais dinheiro em relação às limpezas, informando que esta Câmara deveria funcionar como as outras, mas que funciona ao contrário, pois as Juntas têm que andar com o dinheiro à frente e só depois é que a CMC lhes paga, quando noutras Câmaras fazem a transferência devida logo em Janeiro. Informa também, que finalmente foi lançado o concurso dos passeios do INEDS até à Marmeleira, sendo esta obra ansiada há muitos anos, e sendo ainda um projecto do ano passado. Refere que a CMC demorou tempo imenso a enviar o projecto à Junta, mas que por razões que não vale a pena denunciar, só agora é que o concurso foi lançado. Em relação às limpezas diz que este ano foi um ano atípico com muita água, e que passados quinze dias das ervas serem cortadas, é necessário voltar a cortar. É um facto de que esta Junta não usa herbicidas, como prevenção da contaminação das linhas de água, apesar de terem encontrado um bom stock de herbicidas em Botão, e que provavelmente somos a única Freguesia do Concelho que não gasta herbicidas, sendo o mais ecológico usar a roçadeira, a capinadeira e a enxada. Diz que é contra essa aplicação, embora nos cemitérios se possa usar alguma coisa, mas não nas ruas, e por este motivo, as ruas possam parecer por vezes mais desleixadas. Salaria que, para conforto dos utentes e dos trabalhadores, tiveram que colocar umas janelas novas no Posto Médico de Souselas, e em comum acordo com o Executivo, dispensaram dois ou três colaboradores da Junta durante três ou quatro meses, para se poder pagar as janelas, estando estas já no sítio. Informa que o edifício também foi pintado, presumindo a sua inauguração para Setembro, abrindo com melhores condições. A Junta tem tido a colaboração da Câmara e dos Arquitectos para definição das cores, que são diferentes das originais. Dá uma palavra de apreço aos colaboradores da Junta, que em conjunto com o Executivo deverão criar uma melhor imagem da Freguesia. Recorda que aquando do Encontro das Paróquias esteve a chover até quase ao dia do evento, tendo a praia ficado danificada por causa das cheias, e às dezanove horas da sexta-feira anterior, os colaboradores da Junta ainda estavam à espera do betão para betonar o chão, tendo ficado tudo pronto, para que no Sábado se enchesse a piscina e no Domingo estivesse tudo a postos para a realização do evento. Agradece então, o facto dos colaboradores terem trabalhado com afinco, para que o evento pudesse acontecer, criando uma boa imagem da Freguesia. Tanto que, na semana seguinte houve telefonemas para a Junta, a perguntar se alugava-mos as tendas para poderem passar fins-de-semana na praia fluvial, demonstrando que temos realmente sítios espectaculares e que podemos explorar. Por fim, refere que o intuito do Executivo é sempre o de unir as Freguesias, estando sempre disponíveis para ajudar todas e quaisquer iniciativas, sejam privadas ou públicas. E tudo o que seja para levar o nome da Freguesia longe e pelo bem, terá o apoio deste Executivo.

Elsa Ferreira questiona a Mesa se tem algo a dizer antes de fechar este ponto e Regina Oliveira refere que por causa do Encontro das Paróquias e da notícia que saiu no jornal, os colegas de trabalho lhe perguntaram se tinha uma praia fluvial, sendo exemplo de que realmente o evento teve impacto. Rui Soares informa que o Senhor de Viseu, com quem andou a ver os nossos melhores locais para o roteiro turístico, referiu que era uma pena não se dinamizar mais o espaço da praia fluvial.

Fernando Morais relembra que a questão da reunião tida na Igreja ainda não está esclarecida e pergunta de novo sobre o rumo da carta enviada pela Igreja, pois sabe que a carta foi enviada para convidar todos os Membros da Assembleia para essa reunião, e só o Presidente e a Presidente da Assembleia é que estiveram presentes. Quer saber portanto, se a carta chegou ou não à Junta de Freguesia. Elsa Ferreira corrige Fernando Morais, dizendo que não esteve como Presidente da Assembleia, pois nem tinha conhecimento dessa carta, tendo tentado já esclarecer o recebimento da mesma, mas não chegando a conclusão nenhuma, pois o responsável pelo envio da mesma, lhe disse que a enviou, mas não obtendo nenhuma resposta por parte da Junta de Freguesia. E esteve presente sim, mas como Membro do Concelho Económico. Fernando Morais diz que ele e João

Pardal tiveram posteriormente reunião com a pessoa que enviou a carta, e que lhes confirmou o envio da carta via CTT. Rui Soares responde que toda a correspondência que é recebida nesta Junta é registada, e informa que não recebeu nenhuma carta da Igreja. E só esteve nessa reunião, porque no dia do evento no Centro Social de Botão, o Sr. Padre se sentou ao pé dele e lhe disse que precisavam de quinhentos mil euros para a Igreja, e que em tal dia iriam ter uma reunião para falar sobre isso, e gostaria que lá estivesse. E no próprio dia da reunião, só se lembrou que havia reunião, porque recebeu uma notificação no telemóvel, sobre uma partilha que João Pinho havia postado sobre a mesma. Volta a referir que não recebeu nenhuma carta, e que se a tivesse recebido teria todo o gosto em ter lá os Membros da Assembleia, até porque não tem qualquer problema com isso. Apela ao facto de que toda a ajuda é bem-vinda, desde que seja para ajudar, e que tendo sido esta a primeira reunião do seu conhecimento, há ainda muito tempo pela frente e muito para ajudar. Sara Lindo pede a palavra e questiona o Sr. Presidente, se percebeu bem quando foi dito que foram dispensados colaboradores da Junta, para se poderem colocar as janelas no Centro de Saúde. Rui Soares explica que obviamente não estavam a contar com essa despesa, de cerca de seis mil euros, e em reunião do Executivo, se questionaram sobre onde iriam buscar esse dinheiro. E a solução encontrada, até porque foi uma altura em que na maior parte dos dias estava a chover, resolveram dispensar dois colaboradores. Estando eles a recibo verde, e recebendo entre oitocentos a novecentos euros cada um, e estando três ou quatro meses dispensados, poupava-se esse dinheiro para pagar as janelas e os estores. Sara Lindo pergunta se foi ponderada a situação das famílias dessas pessoas, e Rui Soares responde que como estão a recibo verde, arranjam outros trabalhos nesse período de tempo. João Pardal pergunta porque não recorreram aos Protocolos Inter Administrativos, em vez de terem dispensado esses colaboradores. Rui Soares responde que era uma solução, mas que iriam estar muito tempo à espera de resposta e precisavam de uma solução mais imediata. E a solução encontrada acabou por correr bem, uma vez que mesmo que não fosse necessário dispensá-los por esta situação, teriam ficado na mesma em casa por ter estado a chover nessa altura. Informa que a Junta não pode estar só sujeita a fazer obras pelos Protocolos, tendo que fazer outras por si, e salienta a Rotunda dos Combatentes, em que se gastou cerca de onze mil euros e a limpeza dos caminhos agrícolas em que se gastou também algum dinheiro. João Pardal diz que pretende fazer duas perguntas. Uma sobre a vacina anti raiva, ou seja, a obrigatoriedade da vacinação dos cães, em que geralmente vem um Edital por competência própria da Direcção Geral de Veterinária e o qual não viu os Editais, e a segunda questão sobre ter conhecimento de que a Médica Veterinária esteve em Botão para vacinar os cães, e que não haviam Editais, nem estava nada preparado, e pede esclarecimento sobre este assunto. Faz outra questão sobre a Comissão Social de Freguesia, em que tem conhecimento que a Sra. Presidente era quem presidia e que pensa que agora já não é, e teve conhecimento de que numa reunião em que estavam presentes as Instituições, tais como as IPSS's, a Segurança Social, e a Representante da CMC por parte da Acção Social, faltou o Presidente de Junta, que actualmente é também o Presidente da Comissão Social de Freguesia, não tendo sido possível o contactar na altura. Elsa Ferreira pede esclarecimentos sobre que reunião e quando aconteceu, pois não está a perceber a questão, uma vez que se o Presidente não esteve é porque teve outros assuntos importantes a tratar. João Pardal diz que não sabe, e Elsa Ferreira questiona então qual o objectivo da pergunta. João Pardal responde que houve algum desagrado por parte de algumas pessoas que estavam presentes e Elsa Ferreira diz que tem pena que esse desagrado não tenha sido demonstrado a quem de direito, em vez de o terem feito a João Pardal, e pede que leve o recado a essas pessoas, de que temos sessões públicas para precisamente poderem falar directamente com as pessoas devidas e serem esclarecidas. Refere que ela própria não esteve em algumas reuniões da CSF, como Presidente da mesma e nunca nenhum problema do género foi colocado, até porque do conhecimento que tem sobre o regulamento interno da CSF, não lhe parece que é obrigatória a presença do Presidente em todas as reuniões, porque a não estar, tem é que apresentar uma substituição, tal como acontece com o Presidente de Assembleia, tendo que ser substituído por outro elemento, e tendo que apresentar

João P

justificação para a sua falta. Aproveita para informar que na altura foi Presidente da CSF a convite do Executivo, e que por motivos de incompatibilidades horárias com as outras Instituições afectas à CSF, teve que passar essa função à pessoa inicial, que é o Presidente de Junta. Passa então a palavra ao Sr. Presidente, para poder responder às questões colocadas por João Pardal. Rui Soares diz que em relação às vacinas e como todos podem ver, o placard tem o vidro partido, presumindo que na altura alguém deverá ter tirado o Edital. Sendo um facto que após se ter afixado o Edital, não voltou a pensar no assunto, quando no dia estipulado, a Médica Veterinária veio a Botão e lhe ligou a dizer que não estava ninguém. Rui Soares de imediato se prontificou a apurar responsabilidades e disse-lhe que se não estava lá ninguém seria porque não foi devidamente divulgado, ficando um compromisso da parte da Médica Veterinária de o contactar futuramente para marcarem outro dia para a vacinação. Em relação à CSF, aproveita para a agradecer publicamente a Elsa Ferreira pela disponibilidade e apoio dado naquela altura, pois ele próprio não tem que ser Presidente de tudo, e nem o considera importante, e por esse motivo, na altura delegou-se essa função a Elsa Ferreira, que pelas razões que ela própria já disse, teve que se afastar, voltando Rui Soares a ficar com essa função. Agradece também a Elsa Ferreira toda a colaboração que tem prestado na CSF, sendo de louvar todo o empenho tanto de Elsa Ferreira como Elsa Ferreira, pois são as únicas pessoas que nunca foram remuneradas pelo trabalho prestado no âmbito da CSF. E respondendo à questão de João Pardal, diz que se faltou foi porque realmente não conseguiu estar presente, por ter várias situações para resolver. Dá o exemplo das Assembleias Municipais, que por vezes são marcadas com quatro ou cinco dias de antecedência e outras reuniões relacionadas com a Junta que são marcadas em cima da hora, não podendo de todo faltar. Refere que Lurdes Barata tinha falado numa reunião por causa das escolas amanhã, e que está à espera que o Vereador indique ainda a que horas é. Lurdes Barata diz que está marcada para as onze da manhã, e Rui Soares diz que o que tiver marcado para amanhã a essa hora, terá que ficar para trás, por ter que estabelecer prioridades. Refere ainda que na maior parte das reuniões da CSF, discutem-se coisitas, não descurando que de facto se tem ajudado muita gente, mas que a sua presença até é dispensável. E embora não estando presente nessa reunião, esteve sempre em sintonia com Elsa Ferreira, que foi quem o substituiu, e que não deixou de produzir efeitos pela sua ausência. João Pardal diz que está esclarecido, e Elsa Ferreira diz que a partir do momento em que as reuniões são preparadas e se delega outra pessoa para sua substituição, é pacífico que se falte, e volta a apelar a João Pardal, que transmita a essas pessoas para virem assistir às nossas sessões, sendo muito mais produtivo. Após todos os esclarecimentos, a Presidente questiona a Mesa se há mais alguma coisa a dizer, e nada mais havendo a dizer sobre este assunto, passa-se ao último ponto da ordem do dia (Encerramento do ponto único da ordem de trabalhos da Sessão Extraordinária de 24 de Maio de 2016: Recomposição da Junta de Freguesia). Começa por dizer que este é um ponto simples e rápido, não carecendo de grandes debates, nem de muito tempo. E que de facto este ponto já foi amplamente abordado na passada Assembleia Extraordinária, e contextualiza o público, informando que tinha recebido um e-mail do Sr. Presidente da Junta a comunicar que como não conseguia continuar a trabalhar com o Sr. Secretário, pretendia a sua substituição. Marcou então uma Assembleia Extraordinária no dia 24 de Maio para tratar deste assunto, que foi amplamente debatido. Acontece que essa sessão foi suspensa, por se terem criado algumas dúvidas acerca daquilo que era legal e da forma que se poderia atender o pedido do Sr. Presidente da Junta de Freguesia. Refere que ao contrário do que e poderá ter constado, não tinha falta de informação, mas sim, que estava mal informada, não tendo qualquer problema em o assumir, pois não é Jurista. E a ideia que tinha era que era possível a substituição de um, ou dos dois vogais do Órgão do Executivo da Junta de Freguesia, mas de facto, depois de algum aconselhamento jurídico e de alguns pareceres, chega à conclusão que não é possível a substituição dos vogais da Junta de Freguesia, a não ser pelas razões que são permitidas por lei e que são do conhecimento geral, tais como a morte, a renúncia, a cessação e a perda de mandato. Recorda que na Assembleia tinha uma certeza errada por estar mal informada, e que de facto quando foi confrontada com a questão sobre qual a legislação para o poder fazer, não soube responder, e que em relação aos restantes colegas da Mesa, se não existiam dúvidas, também não a ajudaram a esclarecer. Informa que foi solicitado um parecer à ANAFRE, em que explicam que antes de serem vogais, têm um mandato na Assembleia de Freguesia, e que quando são escolhidos da Mesa da Assembleia para o Executivo, sendo essa escolha feita pelo Presidente

da JF, acumulam outro mandato como vogais. Significando que não havendo perda de mandato e que em qualquer caso de saída de um dos vogais, têm sempre direito a retomar o lugar na Assembleia, não sendo por isso, possível atender o pedido do Sr. Presidente. Explicam ainda, que a única forma de resolver esta questão, é retirando as funções ao vogal em causa e redistribui-las pelos outros vogais ou trocar as funções dos mesmos, cabendo ao Presidente essa decisão. Fernando Morais questiona se o Secretário fica sem os poderes que tinha, como por exemplo o acesso a computadores. Elsa Ferreira responde resumidamente que o que foi solicitado à Assembleia pelo Presidente da JF, era a substituição do Secretário, tendo-se chegado à conclusão que só é possível a redistribuição das funções. E sendo uma questão interna do Executivo, não é uma questão de Assembleia, e como não tem ainda suporte legal sobre a redistribuição de funções, não se pronuncia sobre o assunto, mas põe à vontade quem o quiser discutir dentro dos tempos permitidos. João Pardal pede a palavra e começa por dizer que de facto houve reconhecimento pela Presidente de estar mal informada, sendo errar da natureza humana e que qualquer um de nós erra. Mas acha que face à natureza do assunto, estando em causa as pessoas, neste caso específico o Secretário, que só se ficou a saber quem era a pessoa em causa, quando chegaram à Assembleia, até porque em Assembleias anteriores, o Tesoureiro é que estava mal, todos nós temos direito ao bom nome e à dignidade. E face à indelicadeza e todo o burburinho que houve à volta desta questão, sentindo na altura que era quase um assassinato político ao Secretário, acha que antes da Assembleia Extraordinária, se devia ter feito o que se fez agora e bem, como solicitar parecer à ANAFRE. Elsa Ferreira assume essa culpa e João Pardal diz que o Executivo devia também ter tido alguma contenção, pois teriam evitado a exposição do Secretário, situação pela qual, ele próprio não gostaria de passar, tendo havido uma Assembleia com um resultado prático nulo. Elsa Ferreira reconhece que a maior responsabilidade desse ponto é dela, assumindo que realmente o Executivo poderia e deveria ter pedido o parecer à ANAFRE antes. Mas, quando este assunto lhe chegou às mãos, leu vários pareceres da CCDR e não só, e de facto todos diziam o que já foi dito hoje anteriormente. Mas, efectivamente partiu da opinião de uma pessoa que lhe disse que era possível a substituição e lhe disse para avançar. E partindo dessa certeza, aligeirou um pouco os pareceres, acabando por não pedir o parecer à CCDR, pois se não tivesse tanta certeza sobre o que se podia fazer, teria feito o que fez agora. João Pardal diz então que há outra questão, que é efectivamente a redistribuição das funções, e que é um assunto que se deve esclarecer bem, pois não sendo jurista, questiona se a função de Secretário e de Presidente podem ser acumuladas, pois o Secretário tem competências próprias, que estão definidas na lei, não podendo ser remetidas para ninguém., pois o Executivo é formado por três pessoas e não por cinco, não se podendo por isso, trocar funções entre os vogais actuais. Questiona então, se o Secretário continua no Executivo a fazer as suas funções de Secretário, ou não. Porque se não tem acesso ao e-mail e à net, não tem acesso à correspondência, sendo uma das suas funções, alertando para que esta situação seja devidamente analisada e esclarecida por quem de direito. Elsa Ferreira responde, que apesar de não se sentir devidamente fundamentada e preparada para falar sobre essa questão, se calhar devemos ver então se não há aqui funções incompatíveis e acumuladas na mesma pessoa. E volta a referir, que por todos estes motivos, esta é uma situação que deve ser bem esclarecida internamente pelo Executivo e lança o repto ao Presidente, para que resolva bem juridicamente esta questão da distribuição de funções, não sendo possível à Assembleia fazer mais nada por agora. Pois como Presidente não tem conhecimento de mais nada, e enquanto não lhe chegar um comunicado formal sobre a má ou boa distribuição de funções, não poderá fazer mais nada em Assembleia, e questiona se mais alguém na Mesa tem alguma coisa a acrescentar a este ponto. Fernando Morais diz que Sérgio Madeira sempre foi a pessoa que mais louvores teve, sendo até reconhecido pelo Presidente que ele acumulava a função de Tesoureiro, por o Miguel não trabalhar, e agora os papéis de bom e mau trabalhador inverteram-se entre o Tesoureiro e o Secretário. E refere um comunicado que o Secretário enviou para todos. Elsa Ferreira interrompe e pergunta que comunicado é esse, que ela não tem conhecimento e Fernando Morais responde que é um comunicado onde o Sérgio se defende com algumas situações que devem ser esclarecidas, mas talvez noutra altura que não hoje. Elsa Ferreira volta a dizer que não recebeu nenhum comunicado e questiona por quem é que foi enviado. Fernando Morais diz que foi pelo Sérgio e Elsa questiona o Secretário se não enviou para ela por algum motivo especial, o qual responde que não e que não consegue garantir naquele momento se enviou ou não, mas que não tem problema nenhum em enviar. Sérgio Madeira diz que também tentou enviar vários e-mails para o "afsouselasebotao" e que não consegue, não percebendo o que se passa, pois dá sempre erro. Elsa Ferreira diz então que no dia anterior recebeu um e-mail com um comunicado de Sérgio Madeira, e que hoje encaminhou para os restantes membros da Mesa, e questiona se é sobre esse comunicado que Fernando Morais fala. Sérgio Madeira responde e diz que não, que se está a falar de outro. Elsa Ferreira diz então que não tem conhecimento do comunicado que estão a falar e lembra que recebeu

outro, mas no seu e-mail pessoal, sobre uma convocatória que não foi enviada a Sérgio Madeira, e diz que desvaloriza o que é para desvalorizar, porque estando aqui para trabalhar, bloqueia todas as atitudes que não sejam para ajudar, e na mesma hora enviou a convocatória a Sérgio Madeira. E questiona se há mais algum comunicado que deva ter conhecimento e Sérgio Madeira diz que vai tentar enviá-lo amanhã, para o e-mail da Assembleia, uma vez que tem tentado enviar e não consegue. Elsa Ferreira diz que acha estranho porque tem recebido outros, a não ser que tenha o endereço errado e sugere que aponte de novo e verifique se está a tentar enviar para o endereço correto. Sérgio Madeira pede permissão para enviar para o e-mail pessoal, caso não consiga enviar para o da Assembleia, e Elsa Ferreira consente, embora preferisse que anotasse o e-mail da Assembleia e Sérgio Madeira diz que não é preciso, porque sabe qual é, e que de certeza que não está errado. Após todas estas considerações, João Pardal diz que em relação ao comunicado recebido hoje, há algumas questões que tocam à Assembleia e que devem ser discutidas, não hoje, mas numa próxima Assembleia. Cátia Madeira, do público pede palavra e Elsa Ferreira diz que não pode falar, porque essa oportunidade é dada logo no início das sessões, quando estão mencionadas em convocatória, e dado o avançar da hora e porque há questões no comunicado enviado hoje sobre o qual faz questão de tecer algumas considerações, pois nos implica a todos da Mesa, e porque há outro comunicado que deve ter conhecimento, sugere encerrar esta sessão.

E nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa deu como encerrada a Assembleia pelas vinte e três horas e vinte minutos.

Foi elaborada a presente Ata, que após a necessária aprovação em Assembleia, vai ser assinada pela Presidente e Secretária da Assembleia de Freguesia.

Botão, 05 de Julho de 2016



